



**MARINHA DO BRASIL  
COMANDO DO 7º DISTRITO NAVAL**

**NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PESQUISA DE PREÇOS PARA FORMAÇÃO DA  
TABELA DE PREÇOS DO EDITAL DO PAE**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62055.011816/2024-66**

**1. APRESENTAÇÃO**

O presente documento tem como finalidade **apresentar e detalhar a metodologia para pesquisa de mercado** realizada em busca de valores de um conjunto de serviços e/ou formas de prestação de tais serviços que compõem o objeto do Programa de Atendimento Especial – Pessoa com Deficiência (PAE), de modo a **dar clareza e transparência à forma de obtenção dos valores que serão praticados no próximo Edital do referido programa.**

Para esse fim, foram adotados atos formais de pesquisa de preço, previstos no art. 5 da IN 65/2021, por meio de verificações de contratações semelhantes da Administração Pública, estabelecimento de contatos com empresas do ramo, entre outras ações, **visando estruturar um preço referência razoável e coerente, observando tanto o princípio da economicidade, e subsidiariamente o da eficiência, sem, entretanto, deixar de observações os valores mercadologicamente coerentes com o objeto.** Para tal, foram verificados os preços praticados em relação ao objeto do edital (as terapias assistenciais interdisciplinares à pessoa com deficiência que apresente distúrbios do desenvolvimento neuropsicomotor), para se obter padrões suficientemente plausíveis para servirem como comparação e balizamento para a criação de uma regra de cálculo para a atualização da tabela de preços do Programa de Atendimento ao Especial (PAE), tendo em vista a publicação de novo edital prevista para 2025.

## **2. OBJETIVO DA PESQUISA**

Encontrar preços no mercado que estruturassem o desenvolvimento de uma regra de cálculo para a adequada atualização dos preços praticados no programa, viabilizando uma compatibilidade com os preços a serem divulgados no novo edital pela Marinha do Brasil em relação ao segmento de atendimento direcionado ao PAE.

## **3. METODOLOGIA**

A metodologia de trabalho adotada partiu de decisões tomadas e compartilhadas entre os profissionais técnicos do Núcleo de Assistência Social, das quais decorreram as seguintes ações no tocante à formação dos valores base:

### **3.1 CONSULTAS PARA REALIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO DO VALOR MÉDIO DAS TERAPIAS OFERECIDAS PELO PAE**

- a) Consulta aos valores no Painel de Preços do Governo Federal (inCom7ciso I do Art. 5 da IN 65/2021);
- b) Consulta aos valores de contratações similares feitas pela administração pública (inciso II do Art. 5 da IN 65/2021);
- c) Dados de pesquisas publicadas em mídia especializada (inciso III do Art. 5 da IN 65/2021); e
- d) Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores (inciso IV do Art. 5 da IN 65/2021);
- e) Excepcionalmente, por com objetos semelhantes, com mesma especificação técnica ( § 2º do Art. 7 da IN 65/2021), em modalidade distintas.

### **3.2 AGRUPAMENTO DOS VALORES OBTIDOS**

Os valores obtidos nas pesquisas foram agrupados em uma planilha para calcular as médias de cada tipo de terapia. Esse processo envolveu combinar diferentes formas de pesquisa de mercado para chegar a valores médios agrupados. Dado que o Edital do PAE estabelece um valor único por sessão, independentemente das terapias, nosso objetivo foi determinar um valor médio que refletisse de maneira justa e aceitável para todas as terapias.

#### **4. DETALHAMENTO DA METODOLOGIA**

Visando dar clareza e transparência à forma como cada uma das pesquisas de preço foi realizada para possibilitar futura compreensão da obtenção dos valores base, julgou-se importante e estrategicamente assertivo um maior detalhamento e esmiuçamento das métricas adotadas. Portanto, expõem-se a seguir as formas de obtenção de preços utilizadas neste estudo:

##### **4.1 OBTENÇÃO DE VALORES EM CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (OBSERVÂNCIA AO INCISO II DO ART. 5 DA IN 65/2021):**

Foram consultados os seguintes serviços em contratações públicas em instituições de grande relevância, como o Supremo Tribunal Federal (STF), Tribunal Superior do Trabalho (TST), Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT): Fisioterapia, Psicologia, Fonoaudiologia, Psicomotricidade, Psicopedagogia, Terapia Ocupacional, Equoterapia e Hidroterapia.

Ressalta-se que, para os serviços de Fisioterapia, Equoterapia e Hidroterapia, não foram encontrados valores suficientes, sendo o mínimo necessário três. Nesses casos, foram aplicados outros parâmetros previstos na IN 65/2021. No caso da Musicoterapia, não foram encontrados valores dentro desse parâmetro, e aplicaram-se também outros parâmetros previstos na IN 65/2021.

##### **4.2 OBTENÇÃO DE VALORES NO PAINEL DE PREÇOS DO GOVERNO FEDERAL (OBSERVÂNCIA AO INCISO I DO ART. 5 DA IN 65/2021):**

Foram consultados os seguintes objetos: Musicoterapia e Equoterapia. A consulta supramencionada visava encontrar valores unitários da terapia por sessão, portanto valores que tinham como unidade um “conjunto” foram descartados, sendo considerados apenas valores que fossem suficientemente plausíveis para se deduzir que se tratava de UMA sessão, ou seja, o valor unitário da sessão. Por exemplo, não fazia sentido considerar um valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para uma sessão de terapia, pois é possível pressupor que não diz respeito a uma sessão única de terapia, mas sim a um conjunto das mesmas em um determinado espaço de tempo. Logo, os valores considerados obedeceram a essa regra de análise.

#### **4.3 OBTENÇÃO DE VALORES EM DADOS DE PESQUISAS PUBLICADA EM MÍDIA ESPECIALIZADA (OBSERVÂNCIA AO INCISO III DO ART. 5 DA IN 65/2021)**

Devido à falta de informações sobre dois temas específicos, hidroterapia e fisioterapia, realizou-se uma pesquisa com base em dados publicados em mídia especializada, conforme previsto no Inciso III do Art. 5 da IN 65/2021. As publicações abrangem o ano atual e são de abrangência nacional, sendo divulgadas pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO) e pela União Brasileira das Associações de Musicoterapia (UBAM). Além disso, foram obtidos mais subsídios sobre Equoterapia e Musicoterapia, considerando a relevância técnica desses documentos.

#### **4.4 CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA CADA TIPO DE PESQUISA E VALORES FINAIS OBTIDOS**

Embora as técnicas de atendimento ambulatorial e domiciliar apresentem semelhanças, não é viável aplicar a mesma métrica para ambas as análises devido às variações de localização, que resultam em custos adicionais com deslocamento para o prestador de serviços credenciado. Além disso, foi realizada uma pesquisa de preços com o objetivo de obter descontos com base no número de terapias utilizadas por cada usuário, conforme descrito abaixo.

##### **4.4.1 TERAPIAS CONVENCIONAIS AMBULATORIAL (ELENCADAS NO ITEM 3.3.1):**

Média aritmética de cada uma das terapias pesquisada, conforma tabela em anexo, chegando ao valor global de **R\$ 101,58, por sessão realizada**. Esse aumento corresponde a **9,62%** referente ao atual vigente de R\$ 92,66.

##### **4.4.2 TERAPIAS CONVENCIONAIS AMBULATORIAL ORGANIZADOS EM PACOTES**

Visando atender ao princípio da economicidade na administração pública, que busca a minimização dos gastos sem comprometer os padrões de qualidade, foi realizada uma pesquisa de preços conforme o Inciso IV do Art. 5 da IN 65/2021. A pesquisa envolveu três instituições credenciadas no edital atual, conforme os documentos anexos, com o objetivo de obter descontos baseados no número de terapias utilizadas por cada usuário.

As instituições ofereceram descontos com percentuais variados. Para determinar o desconto médio, foi utilizada a média aritmética dos valores oferecidos, arredondando conforme as regras matemáticas e considerando o primeiro decimal. Isso resultou em descontos para a

administração pública que variam de **3,5% a 9,5% por sessão**.

#### **4.4.3 ATENDIMENTO CONVENCIONAIS DOMICILIAR**

Na métrica de formação de Preços para o atendimento domiciliar, considerando a distância heterogeneidade de localização das clínicas e dos usuários do PAE atendidos pelas clínicas, presumisse uma variável de deslocamento de 15km a 30km por trajeto. O profissional precisa se deslocar regularmente dentro dessa faixa de distância, o custo de combustível se torna um fator significativo. Além do combustível, há desgaste do veículo e custos associados à manutenção que aumentam proporcionalmente ao número de deslocamentos. Alternativas como transporte público podem não ser viáveis devido à necessidade de transporte de equipamentos ou à falta de acesso eficiente aos locais específicos.

Portanto, o acréscimo de custos de deslocamento é justificável não apenas pelos gastos diretos com combustível, mas também pela necessidade operacional de estar presente nos locais de trabalho de maneira eficaz e eficiente. O custo estimado de combustível de R\$ 5,60 por litro com uma autonomia média de 9km por litro, os custos adicionais de deslocamento foram calculados detalhadamente. Para distâncias de 15km (ida e volta), o custo é de R\$ 18,64, e para distâncias de 30km (ida e volta), o custo é de R\$ 37,29. Correspondendo a uma variação de 18% à 36% do valor de referência por terapia, então optou-se por incluir um acréscimo no valor de sessão de **20%**.

Esses custos são justificados pela necessidade crítica da presença do profissional no local para garantir a qualidade e eficácia dos serviços técnicos especializados. Portanto, o acréscimo de deslocamento é essencial e deve ser considerado. Considerando que será adotado um valor único para todas as terapias, o valor associado ao local de atendimento, na clínica ou na casa do usuário, não foi possível aferir por meio da consulta das fontes prioritárias de Pesquisa (Painel de Preços e Pesquisa de Preços; incisos I e II do Art. 5 da IN 65/2021), motivo pelo qual foi utilizado o raciocínio descrito.

#### **4.4.4 OFICINAS TERAPÊUTICAS**

Devido à falta de informações sobre as oficinas terapêuticas para fins de pagamento este edital tem a intenção de equipará-los as atendimentos ambulatoriais. Primeiramente, essa decisão se deve à dificuldade em realizar a pesquisa de preços conforme estabelecido no Art. 5º

da IN 65/2021, especialmente em razão da falta de informações necessárias e das peculiaridades de cada tipo de oficina terapêutica. Em segundo lugar, embora existam diferenças conhecidas nas abordagens, metodologias, intenções e objetivos entre essas atividades, que são de extrema relevância para o usuário, não se observam interferências significativas em relação ao custo/valor de ambas.

Os aspectos técnicos necessários para valorar os serviços são equivalentes. Assim como os atendimentos ambulatoriais, as oficinas terapêuticas demandam profissionais capacitados — muitas vezes, os mesmos que realizam as atividades ambulatoriais —, além de materiais de suporte pedagógico e de um local adequado para a realização das atividades, aspectos igualmente essenciais nas terapias ambulatoriais. Diante disso, considerando que os objetos são similares, optou-se por essa equiparação, conforme preconizado excepcionalmente no § 2º do Art. 5º da IN 65/2021.

#### **4.4.5 OFICINAS TERAPÊUTICAS ORGANIZADAS EM PACOTES**

Buscando cumprir o princípio da economicidade na administração pública, que almeja a redução de custos sem prejudicar a qualidade, e considerando a similaridade já justificada nos itens 4.4.1 e 4.4.4, optou-se por utilizar as oficinas terapêuticas na forma de pacotes. Dessa maneira, será possível obter descontos com base no número de oficinas utilizadas por cada usuário, assim como ocorre nas terapias ambulatoriais.

### **5. RESULTADOS**

Considerando as métricas descritas no item 4, as quais estão amparadas, em menor ou maior grau nos incisos do Art. 5 da IN 65/2021, que dispõem “sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”, obteve-se os seguintes valores base/referenciais, em cada um dos serviços a serem previstos no edital:

SERVIÇO / FORMA DE ATENDIMENTO	VALOR REFERENCIAL OBTIDO	AMPARO LEGAL	DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA NESTE ESTUDO
TERAPIAS CONVENCIONAIS AMBULATORIAL	<b>R\$ 101,58 Por sessão</b>	Incisos I, II e III do Art. 5 da IN 65/2021	Item 4.4.1
TERAPIAS CONVENCIONAIS AMBULATORIAL ORGANIZADOS EM PACOTES	<b>Conforme a tabela descritiva abaixo</b>	Incisos IV do Art. 5 da IN 65/2021	Item 4.4.2
ATENDIMENTO CONVENCIONAIS DOMICILIAR	<b>R\$ 121,89 Por sessão</b>	§ 2º do Art. 7 da IN 65/2021	Item 4.4.3
OFICINAS TERAPÊUTICAS	<b>R\$ 101,58 Por sessão</b>	§ 2º do Art. 7 da IN 65/2021	Item 4.4.4
OFICINAS TERAPÊUTICAS ORGANIZADAS EM PACOTES	<b>Conforme a tabela descritiva abaixo</b>	§ 2º do Art. 7 da IN 65/2021	Item 4.4.5

SESSÕES REALIZADAS <u>NO MÊS</u>	PERCENTUAL DE DESCONTO	VALOR <u>POR SESSÃO</u>
<b>11 a 20</b>	<b>3,5%</b>	<b>R\$ 98,02</b>
<b>21 a 30</b>	<b>5%</b>	<b>R\$ 96,50</b>
<b>31 a 40</b>	<b>7,5%</b>	<b>R\$93,96</b>
<b>41 a 50</b>	<b>9,5%</b>	<b>R\$ 91,92</b>

## 6. CONCLUSÃO

Esse objeto é de suma importância para o cumprimento da Missão do Núcleo de Assistência Social, mais especificamente do Programa de Atendimento - Pessoa com Deficiência (PAE), portanto, reveste-se de grande importância estratégica no atendimento da família Naval, fator que pressupõe uma necessidade redobrada e reiterada de alto grau de criteriosidade, o qual foi observado na montagem e construção da pesquisa de mercado.

**Após as análises realizadas, consuma-se que os valores obtidos respeitaram padrões e princípios de legalidade, coerência, razoabilidade, proporcionalidade, economicidade e clareza.**

**Destarte, conclui-se que houve uma observância conglomerada às particularidades do objeto e às questões mercadológicas, de modo que se chegasse a uma resultante de valor adequada para o objeto estudado, de modo a garantir a sua exequibilidade e aplicação prática do mesmo.**

## **REFERÊNCIAS**

I - Instrução Normativa N° 65/2021 (Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.);

II - Lei N° 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos; e

III - Decreto n° 11.878/2024 (Regulamenta o art. 79 da Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento auxiliar de credenciamento para a contratação de bens e serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional).

Brasília-DF, na data da assinatura.

JÉSSICA LAYANNE APARECIDA PINHO MOREIRA TORRES

Capitão Tenente (RM2-T)

Membro da Equipe de Planejamento

ASSINADO DIGITALMENTE